

ALFABETIZAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Marlene Brand¹
Monica Costa²

Eixo temático: Prática Pedagógica e sua Relação com a Teoria.(percepções)

Categoria: Comunicação oral

RESUMO

O processo de alfabetização para crianças com deficiência é um campo em constante estudo e construção de uma prática pedagógica. Esta pesquisa apresenta resultados de um trabalho obtido de forma qualitativa, com o objetivo de revelar como ocorre o processo de alfabetização das crianças com deficiência intelectual nas séries iniciais e a prática do professor durante este processo, sua capacitação profissional, a metodologia aplicada e recursos utilizados. A metodologia da pesquisa considera os depoimentos de três profissionais, professoras alfabetizadoras atuantes nas séries iniciais, e com a particularidade de acompanharem crianças portadoras de deficiência no contra turno. Estas análises se baseiam em autores que são considerados referência no estudo do tema o qual o trabalho aborda. Durante a pesquisa percebe-se a sensibilidade dos professores quanto a alfabetização e a importância de constantes estudos realizados nesta área para a obtenção de resultados satisfatórios. O presente trabalho faz com que o professor repense em sua prática pedagógica com um olhar diferenciado e atento.

Palavras-Chave: Deficiência Intelectual; Alfabetização; Prática Docente.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como origem as dúvidas que tem surgido durante estudos e observações durante a prática acadêmica relacionadas à inclusão das crianças com deficiência intelectual e o direcionamento da alfabetização destas.

Neste estudo busca-se estruturar o trabalho pedagógico realizado pelos professores do Ensino Regular nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Pesquisa esta de cunho qualitativo, a qual conta com a colaboração de três professores alfabetizadores atuantes no Ensino Fundamental. Ressalta-se que o objetivo desta pesquisa consiste em demonstrar todo o processo do trabalho pedagógico durante a alfabetização das crianças com deficiência intelectual em seus aspectos positivos e significativos que comprovam a prática desses sujeitos.

¹ Graduanda de Pedagogia do Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande/ UNAES, email marlenebrand@yahoo.com.br

² Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande/ UNAES, monica.costa@anhanguera.com

Afirma-se que este trabalho apresenta importantes considerações acerca da inclusão não só social como de saberes necessários na vida cotidiana, considerando estas crianças como seres pensantes. Os autores os quais se fundamenta esta pesquisa propõem novas concepções acerca da deficiência intelectual e o trabalho pedagógico a ser realizado com estas na escola do Ensino Regular.

Historicamente crianças com deficiência intelectual eram marginalizadas socialmente e se determinava o nível de sua inteligência, desprezando as possibilidades de desenvolvimento que poderiam ter. Hoje se compreende a deficiência sob outro olhar. Verifica-se a necessidade em reconhecer que estas crianças são seres pensantes, capazes de aprender e que com toda criança possui particularidades.

Com estudos realizados por meio das ideias de Vygotsky, Zapparoli (2005), Geraldo Peçanha (2007), Marina Almeida (2011), Montoan (2014), pode-se rever conceitos e modificar práticas ultrapassadas.

Documentos importantes como a Declaração de Salamanca (1994) afirma que *“toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”*. A Conferência Mundial sobre a educação especial realizada em Salamanca abriu novos horizontes na compreensão da deficiência intelectual em relação ao processo de alfabetização ensino e aprendizagem.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (2005) consta que, *“É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”*.

A partir desta lei as escolas abrem suas portas para a inclusão de crianças com deficiência intelectual assim como outras passam a ter o direito da acessibilidade ao ensino formal.

A deficiência já não é mais um impedimento para que essas crianças frequentem regularmente às aulas nas escolas do Ensino Regular e conseqüentemente com direitos iguais as demais crianças em idade escolar.

De acordo com a pesquisa realizada as crianças com suspeita de alguma deficiência são encaminhadas aos especialistas da área de saúde, psiquiatras, que encaminham para uma avaliação psicodiagnóstica com equipe multidisciplinar classificando a deficiência e encaminhando para acompanhamento pedagógico diferencial.

O professor organiza seu trabalho por meio da elaboração de atividades adaptadas de acordo com o nível de aprendizagem da criança, utilizando materiais lúdicos, concretos que facilitem o entendimento e participação desta.

Atualmente há uma nova concepção de aprendizagem na área da educação especial, ampliando o conhecimento da mesma e melhorando a prática pedagógica dos professores.

O educador tem um grande desafio o de proporcionar ao aluno com deficiência intelectual um ensino de qualidade oportunizando uma aprendizagem significativa que o faça participar como cidadão na sociedade em que está inserido.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais:

Analisar e estudar os desafios e as metodologias adotadas no cotidiano escolar de crianças com deficiência intelectual em fase de alfabetização.

Objetivos Específicos:

Observar a proposta metodológica utilizada pelos professores alfabetizadores com crianças com deficiência intelectual;

Verificar a aprendizagem do aluno e a interação do mesmo junto aos professores e colegas.

METODOLOGIA

A investigação desta pesquisa baseia-se na prática pedagógica de sujeitos pertencentes à escola pública do Ensino Fundamental. Utilizamos o método investigativo descritivo que consiste na observação sistemática e registros realizados por meio de entrevistas.

Participam da pesquisa 3 sujeitos, os quais são docentes do Ensino Fundamental e apresentam-se dispostos a colaborar em todas as etapas do processo investigativo. Iniciamos com a aceitação dos professores e da escola na participação de todas as etapas do processo de investigação e claro nos rigores da pesquisa científica envolvendo seres humanos.

Após a análise inicial da entrevista e por meio da investigação, percebe-se que alguns resultados permitem evidenciar as falas dos professores.

Na descrição de seus depoimentos verifica-se que o processo de alfabetização está nas diversas estratégias que utilizam em sala de aula para atingir os objetivos deste processo com a preocupação da aquisição de conhecimentos (saber), a aplicação deste saber na vida cotidiana (saber fazer) e conseqüentemente a inserção deste na sociedade (saber ser).

Na rotina das escolas do Ensino Regular, na maioria das vezes, os professores não sentem-se preparados para a realização de um trabalho pedagógico de acordo com as necessidades da criança com deficiência intelectual.

Nunca a diferença deve ser maquiada. Precisamos preparar o ambiente para receber o aluno diferente, porque quando o diferente chega, o ambiente deve estar preparado para recebê-lo, e nós também precisamos estar preparados, ou precisamos enfrentar o desafio. Quando o especial adentra nosso espaço, surge a possibilidade de se construir outro ambiente e devemos zelar para isso ocorra gradativamente (ALMEIDA, 2011, p. 111).

Esse é um grande desafio que envolve o professor, o aluno com deficiência e os demais alunos. A inclusão é direito da criança com deficiência, mas para o professor não capacitado pode ser um grande problema dificultando um maior rendimento no aprendizado de toda a sala.

DESENVOLVIMENTO

Historicamente a inteligência era medida através de testes e assim se determinava o nível de inteligência em que a criança se encontrava, desprezando as possibilidades de desenvolvimento que esta poderia ter. Hoje compreendemos a deficiência sob outro olhar. Ressalta-se a necessidade em reconhecer que estas crianças são seres pensantes, capazes de aprender e que toda a criança possui particularidades.

Com estudos realizados por meio das ideias de Vygotsky, percebe-se que a criança com deficiência desenvolve-se de forma específica, pois é agente de sua própria trajetória. A definição de deficiência intelectual continua sendo complexa e imprecisa.

Até a década de 90 as escolas de formação de professores na disciplina de Psicologia Escolar determinava que o Teste de Quociente de Inteligência (QI) desenvolvido por Alfred Binet e Theodore Simon, era uma forma de medir a idade cronológica com a idade mental. Por meio deste teste determinava-se a vida escolar da criança.

A criança com deficiência era encaminhada para associações ou escolas especiais para atendimentos especializados para deficientes e até então não havia a inclusão no Ensino Regular. Muitas vezes por insegurança, medo ou desconhecimento as famílias destas crianças as mantinham escondidas em suas casas, não proporcionando a interação com outras crianças, nem mesmo com adultos.

Hoje, são muitas as críticas relacionadas aos testes de QI, que continuam a ser utilizados por ser um instrumento prático e fácil de aplicar. De acordo com esta pesquisa as crianças com suspeita de alguma deficiência são encaminhadas aos especialistas da área de saúde, os psiquiatras, que encaminham para uma avaliação psicodiagnóstica com equipe multidisciplinar classificando a deficiência e encaminhando para acompanhamento pedagógico diferencial.

O professor no âmbito escolar se depara com duas situações bem distintas: os pais que matriculam conscientes da deficiência intelectual de seu filho e a criança com deficiência intelectual em que o profissional docente descobre no andamento da rotina escolar que a criança possui déficit cognitivo.

A Conferência Mundial sobre a educação especial realizada em Salamanca abriu novos horizontes na compreensão da deficiência intelectual em relação ao processo de alfabetização ensino e aprendizagem.

Portanto, de acordo com a declaração de Salamanca (1994) “toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (2005) afirma que, “É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A partir desta lei as escolas passaram a abrir as portas para a inclusão e crianças com deficiência seja intelectual ou física passaram a ter o direito da acessibilidade ao ensino formal. A deficiência já não é mais um impedimento para que essas crianças frequentem regularmente às aulas nas escolas do Ensino Regular e conseqüentemente com direitos iguais as demais crianças em idade escolar.

Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada

às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (DECLARAÇÃO SALAMANCA, 1994, p. 3).

A real preocupação é possibilitar ao professor uma formação profissional adequada que possibilite ao aluno o acesso à leitura e a escrita para o uso nas práticas sociais. O que chamamos de letramento, segundo Soares:

Letramento aparece sempre ligado à compreensão de leitura e escrita como **práticas sociais**, que privilegia a visão de língua que usamos a todo instante quando nos comunicamos. Alfabetização está ligada à concepção de escrita como **sistema ordenado pelas regras gramaticais**, ou mesmo de escrita como código, que é preciso decifrar. (SOARES, 2014, p. 16)

Se desejamos alunos atuantes como cidadãos, precisamos proporcionar aos educandos experiências nos aspectos sociocultural e escolar que favoreçam a inserção deste no mundo da escrita.

As atividades pedagógicas oferecidas aos alunos devem motivá-los e para isso devem ter sentido funcional em seu cotidiano. Tal situação não difere dos alunos ditos normais do Ensino Regular. Estas atividades estão relacionadas com os diversos portadores de texto que atualmente apresentam-se atraentes e estimulantes. Portadores os quais há uma variedade de gêneros textuais, essenciais para nosso dia a dia, ou seja, para nossa prática social.

Evidentemente, a mediação pedagógica é muito importante neste processo de aprendizagem, pois as intervenções realizadas pelo professor dão sentido às atividades propostas, despertando o interesse e motivando o aluno na superação de suas dificuldades.

Ressalta-se a necessidade das atividades serem contextualizadas, visando a autonomia dos alunos e respeitando seus limites .

Durante este processo de alfabetização o professor deve estar atento com os progressos e retrocessos dos alunos acompanhando-os constantemente, por meio de sondagens e avaliações de diagnóstico, verificando objetivos alcançados e traçando novas metas.

Como intervenções na leitura e escrita temos como estudos realizados Ferreiro e Teberosky (1986) que apresentam a evolução dos alunos por meio de atividades de acordo com os estágios por elas denominados: pré-silábico, silábico, silábico alfabético e alfabético. Estudos estes que devem ser adaptados à realidade do aluno portador de deficiência intelectual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente há uma nova concepção de aprendizagem na área da educação especial, ampliando o conhecimento da mesma e melhorando a prática pedagógica dos professores.

Com certeza esta prática necessita de muito estudo e capacitação. No caso, das escolas pesquisadas, há cursos de formação continuada, incentivo a especializações na área educacional, intervenções dos especialistas que acompanham as crianças com necessidades especiais matriculadas na escola do Ensino Regular.

Com os estudos de Ferreiro e Teberosky (1986) conceitos de alfabetização e letramento foram reelaborados. Entende-se como a criança constrói seu conhecimento, como ocorre à aprendizagem da leitura e da escrita. Fica esclarecido que a aprendizagem da leitura e da escrita não é mais um ato apenas de decodificação do sistema alfabético, mas o de construção da escrita por meio do levantamento de hipóteses.

A criança com deficiência intelectual é um ser capaz de construir seu conhecimento, apropriar-se da escrita, dar uma função social para esta, não importando o grau de deficiência, pois toda a criança é capaz de desenvolver o aprendizado.

Toda criança e adolescente possui o direito a alfabetização, pois é o que regulamenta a lei art. 54, inciso III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os professores entrevistados conhecem os direitos da criança, reconhecem a importância do trabalho adaptado, mas preocupam-se com a metodologia a ser aplicada e os recursos a serem utilizados.

No depoimento da professora A da sala de recursos, destaca-se o olhar diferenciado que tem com o aluno deficiente intelectual, a valorização do que este consegue desenvolver de acordo com seus limites e principalmente nos sentimentos positivos após a conquista de avanços na aprendizagem.

Esta ressalta também que no processo de aprendizagem é importante que a criança sinta-se livre para resolver os desafios que o trabalho propõe. As atividades aplicadas são simples; porém significativas como: separar peças por cores e tamanhos diferentes, manusear materiais impressos, desenhar dando sentido à leitura e outras atividades que no decorrer do trabalho vão ser analisadas.

As professoras de sala de aula C e D descrevem que a maior dificuldade está em oferecer atendimento diferenciado para a criança com deficiência durante o horário de aula, já que as salas possuem de 28 a 30 alunos. Relatam a angústia que sentem em planejar

atividades adequadas e que estejam de acordo com a capacidade do aluno, além de fazê-lo desenvolver habilidades necessárias para seu sucesso escolar.

A metodologia é diversificada, podendo dizer que muitas descobertas surgem durante todo o processo de aprendizagem.

Diante das entrevistas iniciais realizadas com as professoras regentes e a da sala de recursos verifica-se que há muitos desafios ainda presentes no contexto da inclusão. Mas é importante ressaltar que ambas as professoras sentem-se motivadas e dispostas a aprender, mudar posturas e colaborar nesta área que tem se construído durante estes anos “*A educação especial precisa de um misto de coragem e vontade, traduzidas em disponibilidade para o novo*” (ALMEIDA, 2011, p. 27).

Durante as entrevistas as professoras relatam sobre a visão da escola, da comunidade, da família e das demais crianças diante de uma criança com deficiência intelectual. Em sua grande maioria também se apresentam receptivos a esta proposta da inclusão não só social como também intelectual.

Percebe-se nos depoimentos que estes educadores tem um grande desafio o de proporcionar ao aluno com deficiência intelectual um ensino de qualidade oportunizando uma aprendizagem significativa que o faça participar como cidadão na sociedade.

A pesquisa vem de encontro com as expectativas da inclusão dos alunos com necessidades especiais que se encontram nas escolas de Ensino Regular e o papel do professor nesta inclusão não se encerra somente no social, mas é nitidamente mais abrangente.

De acordo com os depoimentos e a pesquisa bibliográfica realizada nota-se a relevância do tema alfabetização para que esta inserção social ocorra de forma clara e objetiva. Constatou-se a existência de métodos e materiais adaptados que ajudam no crescimento intelectual e humano das crianças com deficiência. Para reforçar supostas necessidades encontradas no percurso da alfabetização.

Com a pesquisa realizada tem-se o intuito de contribuir no crescimento e qualidade da inserção das crianças com deficiência intelectual, rompendo com as barreiras da desigualdade social.

A partir da inclusão verificou-se positivamente o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais. Abrindo novos horizontes na compreensão enquanto escola, enquanto sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de investigação tem possibilitado relações teóricas com a prática realizada em sala de aula pelas professoras entrevistadas, facilitando a compreensão do objeto de estudo. Sendo assim, pode-se afirmar que as reflexões e a procura por respostas às nossas indagações fortalecem a busca pelo conhecimento que tem evidenciando a importância do objeto investigado.

O presente artigo conduziu para o aprofundamento de um tema extremamente importante e que continuamente vem sendo debatido pelos profissionais e teóricos da educação por meio de estudos e pesquisas.

As crianças com deficiência são capazes de desenvolver o seu aprendizado, porém, é essencial que os docentes alfabetizadores proporcionem atividades curriculares eficazes que correspondam às necessidades específicas de cada aluno portador de deficiência.

A inclusão foi um grande passo dado no contexto histórico da educação, a partir da inclusão, as barreiras do preconceito foram perdendo domínio, desta forma, oportunizando ao aluno com deficiência os mesmos direitos educacionais como todos os demais cidadãos.

No entanto, ainda existem muitas situações e posturas que ocorrem no meio escolar que precisam ser revistas para que o nível de ensino venha melhorar cada vez mais sua qualidade e realmente alcançar os objetivos e metas propostos pelas leis de diretrizes e base da educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Minha escola recebeu alunos para a inclusão. Que faço agora?** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **O que é Deficiência Intelectual ou atraso cognitivo?**

BOZZA, Sandra. **Ensinar a ler e escrever: uma possibilidade de inclusão social.** Pinhais: Editora Melo, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais Reconvocando as várias declarações das Nações.** 2014.

ECA - **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Secretaria Especial dos Direitos humanos; Ministério da Educação. Brasília: MEC. 2005.

GOÈS, Maria Cecília Rafael de, LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs.). **Políticas e práticas da educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados. 2004.

GOMES, Adriana L. Limaverde Gomes; FERNANDES, Anna Costa; BATISTA, Cristina Abranches Mota; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves; MANTOAN, Maria Teresa Eglér;

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Mental**. Brasília: SEESP/ SEED/ MEC, 2014.

LDB - LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasil, MEC.1996.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: **uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo, Editora Contexto,2014.

ZAPPAROLI, Kelem. **Estratégias Lúdicas para o ensino da criança com deficiência**, Rio de Janeiro: Wak Editora, 2005.